



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

Processo nº: 14.140/19

Apenso nºs: 480.000.415/2015, 417.001.252/2012, 417.000.259/2014 e 417.000.116/2014 (e-docs B069F7C6, 605523F6, 7B57BF2B e 04CE2AC3, referenciados)

Jurisdicionada: Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal – Secriança

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE

Ementa: **Tomada de Contas Especial – TCE** instaurada pela CGDF para apurar as irregularidades apontadas nos itens 1.6.2 e 2.1.2 do Relatório de Inspeção nº 02/2014-DISEG/CONAS/CONT/STC, envolvendo a celebração e a execução do Contrato nº 31/2012-SECRI, firmado entre a Secretaria de Estado da Criança do DF e a empresa Axiomas Brasil Pesquisa Cursos e Consultorias Ltda., cujo objeto era a contratação de empresa especializada para a execução, suporte e assistência do processo eleitoral para o cargo de Conselheiro Tutelar no âmbito do DF. **Decisão nº 4.299/19:** citação dos responsáveis para apresentação de defesa ou recolhimento do débito apurado. **Decisão nº 782/20:** prorrogação de prazo para apresentação das defesas. Pedido de sustentação oral de um dos responsáveis. **Despacho Singular nº 170/2022-GCMA:** deferimento do pedido e marcação da sustentação oral para o dia 15.06.22. **Despacho Singular nº 177/2022-GCMA:** deferimento do pedido de vista dos autos. Desistência da realização da sustentação oral. **Nesta fase:** análise de mérito das defesas. **Unidade Técnica** sugere ao Tribunal que tome conhecimento das razões de defesa apresentadas, considerando-as suficientes para afastar o prejuízo apurado, julgue regulares as contas dos responsáveis e autorize o arquivamento dos autos. **Ministério Público** aquiesce. **Voto convergente. Procedência das defesas. Regularidade das contas.**

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF para apurar as irregularidades apontadas nos itens 1.6.2 e 2.1.2 do Relatório de Inspeção nº 02/2014-DISEG/CONAS/CONT/STC, envolvendo a celebração e a execução do Contrato nº 31/2012-SECRI, firmado entre a Secretaria de Estado da Criança do DF e a empresa Axiomas Brasil Pesquisa Cursos e Consultorias Ltda., cujo objeto era a contratação de empresa especializada para a execução, suporte e assistência do processo eleitoral para o cargo de Conselheiro Tutelar no âmbito do DF.

Na primeira apreciação da aludida TCE, o Tribunal, mediante a Decisão nº 4.299/19 (peça 13), deliberou por:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

“I – tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto do Processo nº 480.000.415/15(e-DOC D32891D6-c) e dos demais processos associados (e-DOCs D541CC6C-c, 6D1BD98B-c e 684B9E95-c); II – nos termos do art. 13, II, da LC nº 1/94, determinar a citação dos responsáveis indicados no parágrafo 30 da Informação nº 146/2019-SECONT/3ªDICONTE, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa quanto às responsabilidades que lhes são atribuídas, quais sejam, resultantes do sobrepreço no Contrato nº 31/2012-SECRI, celebrado entre a Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal e a empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultorias Ltda., e dos pagamentos indevidos por serviços não prestados, ou, se preferirem, recolherem, desde logo, aos cofres do Distrito Federal, os respectivos prejuízos apurados nos autos, indicados, em síntese, na Matriz de Responsabilização (e-DOC A5DE5905-e, peça 7), no valor total de R\$ 2.543.387,02 (valores de 2019), que deverão ser atualizados na data da efetiva quitação do débito, nos termos da LC nº 435/01, esclarecendo-se aos citados que ainda se sujeitam à possibilidade de aplicação, não necessariamente cumulativa, das multas previstas nos arts. 56 e 57, III, da LC nº 1/94 e da sanção de que trata o art. 60 dessa mesma lei (multa do art. 57, III, da LC nº 1/94 e sanção do art. 60 da mesma lei aplicáveis aos agentes públicos, exclusivamente); III – autorizar o retorno dos autos à SECONT/TCDF, para as devidas providências.”

Em atenção ao item II da citada decisão, os responsáveis pela TCE, indicados no § 30 da Informação nº 146/2019-SECONT/3ªDICONTE (peça 8), foram devidamente citados pelo Tribunal. Posteriormente, encaminharam suas razões de defesa (peças 34, 41, 43, 49 e 50), sendo que a responsável, Sra. Catarina Pereira de Araújo, ainda fez pedido de sustentação oral, o qual fora concedido pelo Despacho Singular nº 170/2022-GCMA (peça 68), e a sustentação oral marcada para o dia 15.06.22, e solicitou vista dos autos, autorizada mediante o Despacho Singular nº 177/2022-GCMA (peça 73). Logo em seguida, a mesma responsável pediu desistência da realização de sustentação oral (peça 77).

Ao proceder à análise que lhe incumbe das razões de defesa apresentadas, a 1ª Divisão de Contas – DICONTE, mediante a Informação nº 81/2022-SECONT/1ªDICONTE, com a anuência do titular da Secretaria de Contas/TCDF – SECONT (peças 65 e 66), apresenta a conclusão que se segue:

“102. Deve-se ressaltar que as falhas administrativas e procedimentais cometidas pelos agentes públicos arrolados nestes autos foram devidamente aquilatadas no bojo do Processo n.º 11.789/2015-e, com aplicação de multa aos responsáveis.

103. Nos termos consubstanciados nesta Informação, entende-se que são procedentes as defesas apresentadas, suficientes para afastar a hipótese de prejuízo no caso concreto.

104. Resta, pois, sugerir o julgamento pela regularidade das contas e o arquivamento dos autos.”

Com isso, sugere ao eg. Plenário:

“I - tomar conhecimento das razões de defesa apresentadas pelos senhores Rokmenglhe Vasco Santana (e-DOC 76C85B0E-c); Daniel Alves Pereira Júnior (e-DOC E8966183- c); Antonio José Rodrigues Neto (e-DOC 58BE13E2-c); pela senhora Catarina Pereira de Araújo (e-DOC 8B53D36D-c); e pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda – ME (e-DOC 554960CE-c), considerando-as suficientes para afastar o prejuízo debatido nos autos;

II - julgar, com fulcro nos arts. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, regulares as contas dos senhores Rokmenglhe Vasco Santana (CPF 724.246.211-87), Daniel Alves Pereira Júnior (CPF 699.056.061-49) e Antonio José Rodrigues Neto (CPF 116.154.431-34); da senhora Catarina Pereira de Araújo (CPF 504.020.991-68) e da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda – ME (CNPJ 10.275.628/0001-53);

III - autorizar o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes e posterior arquivamento.”

O Ministério Público junto ao TCDF, mediante o Parecer nº 405/2022-G4P/ML (peça 67), da lavra do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, aquiesce à análise e às sugestões da Unidade Técnica, com pequena observação adicional.

É o breve relatório.

VOTO

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF para apurar as irregularidades apontadas nos itens 1.6.2 e 2.1.2 do Relatório de Inspeção nº 02/2014-DISEG/CONAS/CONT/STC, envolvendo a celebração e a execução do Contrato nº 31/2012-SECRI, firmado entre a Secretaria de Estado da Criança do DF e a empresa Axiomas Brasil Pesquisa Cursos e Consultorias Ltda., cujo objeto era a contratação de empresa especializada para a execução, suporte e assistência do processo eleitoral para o cargo de Conselheiro Tutelar no âmbito do DF.

Na primeira apreciação da aludida TCE, o Tribunal, mediante a Decisão nº 4.299/19 (peça 13), deliberou por:

“I – tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto do Processo nº 480.000.415/15(e-DOC D32891D6-c) e dos demais processos associados (e-DOCs D541CC6C-c, 6D1BD98B-c e 684B9E95-c); II – nos termos do art. 13, II, da LC nº 1/94, determinar a citação dos responsáveis indicados no parágrafo 30 da Informação nº 146/2019-SECONT/3ªDICONTE, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa quanto às responsabilidades que lhes são atribuídas, quais sejam, resultantes do sobrepreço no Contrato nº 31/2012-SECRI, celebrado entre a Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal e a empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultorias Ltda., e dos pagamentos indevidos por serviços não prestados, ou, se preferirem, recolherem, desde logo, aos cofres do Distrito Federal, os respectivos prejuízos apurados nos autos, indicados, em síntese, na Matriz de Responsabilização (e-DOC A5DE5905-e, peça 7), no valor total de R\$ 2.543.387,02 (valores de 2019), que deverão ser atualizados na data da efetiva quitação do débito, nos termos da LC nº 435/01, esclarecendo-se aos citados que ainda se sujeitam à possibilidade de aplicação, não necessariamente cumulativa, das multas previstas nos arts. 56 e 57, III, da LC nº 1/94 e da sanção de que trata o art. 60 dessa mesma lei (multa do art. 57, III, da LC nº 1/94 e sanção do art. 60 da mesma lei aplicáveis aos agentes públicos, exclusivamente); III – autorizar o retorno dos autos à SECONT/TCDF, para as devidas providências.”

Em atenção ao item II da citada decisão, os responsáveis pela

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

TCE, indicados no § 30 da Informação nº 146/2019-SECONT/3ªDICONTE (peça 8), foram devidamente citados pelo Tribunal. Posteriormente, encaminharam suas razões de defesa (peças 34, 41, 43, 49 e 50).

A responsável, Sra. Catarina Pereira de Araújo, ainda fez pedido de sustentação oral de defesa, o qual foi deferido, mas desistiu posteriormente (peças 68 e 77).

Ao proceder à análise que lhe incumbe das razões de defesa apresentadas, a 1ª Divisão de Contas – DICONTE, mediante a Informação nº 81/2022-SECONT/1ªDICONTE, com a anuência do titular da Secretaria de Contas/TCDF – SECONT (peças 65 e 66), teceu os apontamentos que seguem:

a) relativamente à defesa do responsável, Sr. Rokmenglhe Vasco Santana (peça 34):

“14. Entende-se que são procedentes os argumentos colacionados pelo senhor Rokmenglhe Vasco Santana em sua defesa.

15. A versão do projeto básico que veio a instruir o procedimento licitatório ostenta informações de preços das quais o interessado não é o autor. Ademais, na condição de executor do ajuste e diante da inexecução do objeto pela empresa contratada, o defendente sugeriu a realização de glosa nos valores a serem pagos e a aplicação de multa.

16. Ao executor técnico incumbe proceder à fiscalização do ajuste com base nos termos fixados em contrato, aí incluídos os preços pactuados. Uma vez que referidos preços foram colhidos em certame licitatório cujo orçamento estimativo foi elaborado por outra pessoa, não se vislumbra nexo de causalidade entre a conduta do interessado e os fatos danosos observados.

17. Ademais, não se concebe que conduta diversa seria dele exigível, haja vista que, no decorrer do exercício de suas atribuições, ele propôs tanto a realização de glosas no pagamento quanto a aplicação de multa à empresa. Embora tais medidas não tenham prosperado pelo esclarecimento dos fatos, pelo que dos autos se extrai permanece incólume a atuação do defendente.

18. Procedente a defesa, portanto, no que respeita ao suposto prejuízo avaliado nos autos. No que tange às falhas procedimentais, deve-se informar que essa questão foi devidamente tratada no bojo do Processo n.º 11.789/2015-e”;

b) defesa da empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda. (peça 41):

“41. Data máxima vênia dos entendimentos em sentido contrário e que embasaram a tramitação da presente tomada de contas especial, entende-se que assiste razão à empresa defendente.

42. Nos primórdios das apurações, ainda no âmbito do Controle Interno, Relatório de Inspeção nº 02/2014-DISEG/CONAS/CONT/STC, observa-se que o suposto prejuízo debatido nos autos decorre da comparação entre a efetiva contratação realizada pela jurisdicionada e uma abstração vislumbrada pelo Controle Interno (remete-se à leitura do trecho de interesse, transcrito às fls. 2 e ss. da Informação n.º 146/2019 – SECONT/3ªDICONTE, e-DOC 3F194563-e, Peça 8).

43. Observa-se que a composição de custos levada a efeito pela Auditoria, data vênia, não se mostra adequada à imputação de suposto prejuízo, haja

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

vista estar fundada em elementos acentuadamente diversos daqueles efetivamente contratados. À guisa de exemplificar o quanto se defende aqui, permita-se transcrever, in totum e ipsis litteris, as observações realizadas pelo Controle Interno: “*Os valores unitários dos subitens que compõem o item A foram obtidos por meio de consulta ao site do TSE – Contrato de Exercitação de Urnas Eletrônicas e nos sites Catho Empregos. **O valor do item B foi obtido por meio de consulta ao portal ecompras GDF e comprasnet. ***Decisão TCDF nº 2498/2011.” “*Os valores unitários dos subitens que compõem o item A foram obtidos por meio de consulta às empresas: Alugando Tablet, tec Mobile, Aluga Micro e futura Locações. **O Custo de Desenvolvimento do Sistema de Votação e Apuração foi levantado pela equipe da Diretoria de Tecnologia da Informação, conforme Nota Técnica nº 02/2013-DIATI/CONEP/CONT/STC” (trechos acima estão transcritos à f. 4 do e-DOC 3F194563-e, Peça 8) “*Valores utilizados no processo nº 417.001.252/2012 – contratação de empresa especializada para prestação de serviço na execução de eleição para conselheiros tutelares do DF” (transcrito à fl. 5 da Peça 8)

44. São despiciendo quaisquer esforços intelectivos para extrair dos excertos acima que a comparação realizada pela Auditoria não se presta a apontar para a realidade dos fatos, visto que contrapõe os dados da contratação concreta com outros, obtidos em cenários distintos ou objeto de construção meramente teórica.

45. Entende-se que esteja claro nos autos o fato de os atrasos que resultaram na tardia realização do procedimento licitatório e, portanto, do contrato, terem decorrido de constantes e reiteradas alterações legislativas, conforme alega a postulante à fl. 15 de sua defesa (e-DOC 554960CE-c, Peça n.º 41). Com isso, os parâmetros para a contratação sofreram sucessivas modificações ao longo do período que antecedeu o pleito. A exiguidade do tempo, obviamente, restringiria o rol de potenciais fornecedores, já que deveriam ter a estrutura logística mais próxima daquela exigida para a efetiva prestação dos serviços. No ponto, assiste razão à defendente: o fato de ela “(...) ter sido hábil e competente para a realização de todos os serviços, ainda que em curto período de tempo, não pode ser utilizado contra ela, visto que se tratava de condição para a devida habilitação da contratada a sua capacidade para a realização do evento” (fl. 15, Peça n.º 41)

46. Assim, entende-se que desprestigiaria a razoabilidade pretender aferir, no contexto de contratação por preço global, a pertinência, ou não, de itens isolados, num ambiente em que os preços totais não desbordaram os limites fixados pela própria Administração. O uso de preços das outras contratações públicas mencionadas pela Auditoria, com todo respeito, não se amolda à indicação de prejuízos, porque os objetos e, mais relevante, o contexto das aquisições são absolutamente distintos.

47. A corroborar a tese aqui albergada, pode-se mencionar contratação semelhante, apontada pela defendente e realizada a posteriori, com a reconhecida FGV, cujo valor foi superior ao aqui questionado. Veja que nem a similaridade entre os ajustes permite uma simples e direta comparação entre os preços deles, pois se deve perquirir os meandros e especificidades de cada um dos objetos contratuais.

48. Igualmente, o debate sobre locação de equipamentos, com todo o respeito, parece completamente despropositada, por uma razão mais que simples: o que atendia aos reclames e necessidades da Administração era a contratação de serviços de coletas de votos. A locação de tablets, a critério e sob risco exclusivo da

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

contratada, foi questão periférica e logística, cujo limite possível era – e foi – o valor global orçado pelo poder público para o ajuste.

49. Não suplanta a seara da mera especulação, com todo o respeito, as ilações acerca de eventual favorecimento à defendente no tocante aos critérios licitatórios que antecederam a contratação. Se o prazo para a conclusão do certame, a assinatura do contrato e a efetiva realização do ajuste era exíguo – por imposições externas, como já visto – obviamente que os influxos e implicações advindas de tais peculiaridades deveriam estar contidas no edital da licitação, haja vista que a ausência dessas especificações quanto à capacidade logística poderia resultar na contratação de empresa não preparada para atender às demandas do processo eleitoral do Conselho Tutelar no prazo exigido pela legislação de regência.

50. Ademais, como bem recorda a postulante, o segundo colocado no certame fora desclassificado por sua própria inação, tendo em vista o não atendimento ao chamado feito pelo pregoeiro.

51. De qualquer sorte, também é procedente a alegação quanto à impossibilidade de lhe serem imputadas eventuais falhas, cuja prática somente poderiam ocorrer na fase interna da licitação, sob a batuta exclusiva da Administração, por questões óbvias.

52. Por fim, nada do quanto se pode coletar dos autos desautoriza o argumento contido na defesa quanto ao efetivo cumprimento do objeto contratual, que foi firmado pelo valor global. Assim, como também assevera a defesa, o valor da glosa remanescente reequilibrou o ajuste quanto a eventuais falhas pontuais observadas.

53. A complexidade do procedimento para a contratação e do próprio objeto contratual, a exiguidade do tempo disponível, e todas as demais dificuldades retratadas nos autos, ante à ausência de elementos que possam sustentar a tese de prejuízo ao erário, todo esse arcabouço aponta para o acolhimento da defesa”;

c) defesa do Sr. Daniel Alves Pereira Júnior (peça 43):

“58. As questões apontadas para o senhor Daniel Alves Pereira Júnior, que indicam a ocorrência de meras falhas procedimentais na instrução processual, foram devidamente aquilatadas, neste Tribunal, no bojo do Processo nº 11.789/2015, onde ao interessado, inclusive, foi aplicada multa (Decisão n.º 3310/2017).

59. Nesse passo, diante das conclusões a que se chega na presente peça informativa, entende-se que estejam esgotadas as providências da alçada do Controle Externo no tocante aos atos outrora praticados pelo defendente, avaliados nos presentes autos.

60. Quanto à tese de prejuízo, portanto, é procedente a defesa”;

d) defesa do Sr. Antonio José Rodrigues Neto (peça 49):

“77. Embora não usual em peças opinativas, sugere-se ao leitor que não se conforme com o resumo entabulado no tópico imediatamente anterior, mas que proceda à consulta, na íntegra, dos argumentos de defesa, e-DOC 58BE13E2- c, Peça n.º 49, em homenagem à busca pela verdade dita “real”, na pleonástica classificação dada pelo Direito.

78. De pronto, entende-se que são de todo aplicáveis, aqui também, as análises e ponderações contidas nos §§ 40/51 desta Informação, em que se

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

concluiu pela inexistência de prejuízo no caso concreto.

79. No que tange especificamente ao valor da glosa, cujo valor foi recalculado no § 26 da Instrução anterior (Informação n.º 146/2019 – SECONT/3ªDICONT, e-DOC 3F194563-e, Peça 8), embora o defendente tenha abdicado de particularizar os argumentos de defesa, mas em homenagem à verdade que deve informar a atuação das Cortes de Contas, com as vênias de estilo, entende-se que tampouco há prejuízo a ser recomposto. Explica-se.

80. O argumento erguido pela Auditoria, ao viso de pretender fundamentar sua discordância quanto ao valor final da glosa efetivamente aplicada à contratada limitou-se a alegar que a “... empreitada por preço global não desobriga a empresa a comprovar a completa execução dos serviços, com todos os itens previstos na proposta de preços, que é condição para liquidação da despesa...”.

81. Observa-se (conforme tabela inserta no § 26 da Peça 8), que três itens foram objeto de cálculo: i) atraso no início da votação; ii) ausência de funcionários responsáveis pelas mesas eleitorais; iii) urnas não utilizadas. Desses três itens, o que impacta a execução do contrato e, inclusive, poderia ser fundamento para aplicação de multa contratual à contratada é apenas o relativo ao atraso, pois representa, em algum liame, inexecução contratual. Os dois outros itens, ao contrário do quanto defendeu a Auditoria, dizem respeito a aspectos intrínsecos ao objeto do ajuste. Ora, uma vez que o pacto foi cumprido de forma globalmente satisfatória, não há que se cogitar de itens apartados que não inviabilizaram a conclusão dos serviços.

82. E quanto ao item “atraso”, o defendente aplicou glosa no valor nominal de R\$ 82.000,00, valor bem superior aos R\$ 33.124,01 calculados pela Auditoria.

83. Por fim, deve-se recordar que, no que diz respeito a possíveis falhas procedimentais e administrativas, nesta Casa o interessado teve sua conduta avaliada no Processo n.º 11.789/2015-e”;

e) defesa da Sra. Catarina Pereira de Araújo (peça 50):

“98. A interessada, preambularmente, evoca a ocorrência da prescrição da pretensão ressarcitória.

99. Conforme já analisado nesta peça instrutiva, §§ 37/40, não se verifica a ocorrência do instituto da prescrição no caso concreto.

100. Deve-se asseverar, desde logo, que se entendem aplicáveis, in totum, as análises e ponderações contidas nos §§ 41/53 desta Informação, em que se concluiu pela inexistência de prejuízo no caso concreto.

101. Todas as demais imputações dirigidas à interessada referem-se a possíveis falhas procedimentais, matéria que, nesta Casa, já foi devidamente trabalhada e concluída no Processo n.º 11.789/2015-e”.

Com relação à alegação da prescrição, realizada pela empresa e pela Sra. Catarina Pereira de Araújo, em sede preliminar, a Unidade Técnica concluiu que, não somente para esses, mas para todos os responsáveis, não houve a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do Tribunal em relação às falhas indicadas nestes autos, objeto da presente TCE (‘valores indevidos, supostamente pagos à empresa Axiomas Brasil Pesquisa Cursos e Consultorias Ltda.’ e ‘valores contratados e pagos com sobrepreço’), a teor do

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

disposto na Decisão nº 4.314/14 e Decisão Normativa TCDF nº 05/21, de acordo com os dados expostos nos quadros elaborados, constantes do § 38 da instrução.

Assim, sugeriu ao Tribunal:

I - tomar conhecimento das razões de defesa apresentadas pelos senhores Rokmenglhe Vasco Santana (e-DOC 76C85B0E-c); Daniel Alves Pereira Júnior (e-DOC E8966183- c); Antonio José Rodrigues Neto (e-DOC 58BE13E2-c); pela senhora Catarina Pereira de Araújo (e-DOC 8B53D36D-c); e pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda – ME (e-DOC 554960CE-c), considerando-as suficientes para afastar o prejuízo debatido nos autos;

II - julgar, com fulcro nos arts. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, regulares as contas dos senhores Rokmenglhe Vasco Santana (CPF 724.246.211-87), Daniel Alves Pereira Júnior (CPF 699.056.061-49) e Antonio José Rodrigues Neto (CPF 116.154.431-34); da senhora Catarina Pereira de Araújo (CPF 504.020.991-68) e da empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda – ME (CNPJ 10.275.628/0001-53);

III - autorizar o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes e posterior arquivamento.”

O Ministério Público aquiesceu à análise e às sugestões da Unidade Instrutiva, com pequena observação adicional no sentido de que “... a escolha de um regime ou outro não desincumbe o licitante de apresentar a planilha demonstrativa com os preços unitários, atendendo-se, em certa medida, o disposto no art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/1993 e a aferição da compatibilidade dos preços com aqueles praticados pelo mercado”.

Feito um resumo dos fatos, passo a decidir.

Após bem avaliar a instrução e o parecer ministerial, em cotejo com as razões de defesa encaminhadas pelos responsáveis indicados no § 30 da Informação nº 146/2019-SECONT/3ªDICONTE, reproduzidos, em resumo, anteriormente, adiro à análise e as sugestões realizadas pelo Corpo Técnico, corroboradas pelo Órgão Ministerial, nada tendo a reparar, adotando-as, pois, como razões de decidir, dada a pertinência, a suficiência e a profundidade com que o exame das defesas fora tratado pelas Unidades Instrutiva e Ministerial.

Com isso, entendendo desnecessário alongar a discussão da matéria versada nesta fase processual, cabe considerar procedentes as razões de defesa apresentadas e regulares as contas dos responsáveis.

Diante do exposto, acompanhando os termos da instrução e do parecer ministerial, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento das razões de defesa apresentadas pelos senhores Rokmenglhe Vasco Santana (e-DOC 76C85B0E-c), Daniel Alves Pereira Júnior (e-DOC E8966183-c) e Antonio José Rodrigues Neto (e-DOC 58BE13E2-c), pela senhora Catarina Pereira de Araújo (e-DOC 8B53D36D-c) e pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda – ME (e-DOC 554960CE-c), considerando-as suficientes para afastar o prejuízo debatido nos autos;

II – julgue, com fulcro no art. 17, inciso I, da LC nº 01/94, regulares as contas dos senhores Rokmenglhe Vasco Santana (CPF 724.246.211-87), Daniel Alves Pereira Júnior (CPF 699.056.061-49) e Antonio José Rodrigues Neto (CPF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo:

Rubrica: _____

116.154.431-34), da senhora Catarina Pereira de Araújo (CPF 504.020.991-68) e da empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda – ME (CNPJ 10.275.628/0001-53);

III – autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas/TCDF – SECONT, para as providências pertinentes e posterior arquivamento.

Brasília, em 6 de julho de 2022.

MANOEL DE ANDRADE
Relator